processo.rio
1602
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Rio PREFEITURA | CULTURA

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 1104/2024

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da **Secretaria Municipal de Cultura**, como **CONTRATANTE**, e a empresa **UNION CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.**, como **CONTRATADA**, para prestação de serviços na forma abaixo.

O **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, na Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, BL. 1, do CASS, 2º andar – Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, por meio **da Secretaria Municipal de Cultura**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pela Exma. Sra. **ANA PAULA TEIXEIRA PEREIRA**, consoante delegação do Decreto Rio nº 52074 de 28/02/2023, e a empresa **UNION CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.**, estabelecida na Avenida das Américas, nº 7936, Sala 710 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.793-081, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 39.876.720/0001-50, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **FELIPE DOS SANTOS RAMALHO**, portador da carteira de identidade nº 10.475.4949-4, inscrito no CPF sob o nº 038.074.927-04, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE – SMC Nº 90.238/2024, realizado por meio do processo administrativo nº SMC-PRO-2023/00388, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, **Lei Municipal**

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1603
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

nº 4.978/2008 e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/1999**, **18.835/2000**, **21.083/2002**, **21.253/2002**, **22.136/2002**, **27.715/2007**, **31.349/2009**, **40.285/2015 c/c 48.365/2021, 40.286/2015, 49.415/2021** e **51.260/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.238/2024), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº SMC-PRO-2023/00388, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R$ 4.365.343,71 (quatro milhões trezentos e sessenta e cinco mil trezentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R$ 363.778,64 (trezentos e sessenta e três mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1604
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

(trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Cultura.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando–se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Cultura.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a Secretaria Municipal de Cultura esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Coordenadoria de Infraestrutura e Logística da Secretaria Municipal de Cultura e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE,

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1605
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

a qual deverá ser cadastrada junto à Superintendência Executiva do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

R = Po [(I–Io)/Io]

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo terceiro – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quarto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 90 (noventa) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1606
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Rio PREFEITURA | CULTURA

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO
A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 90.238/2024).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO
A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato da Secretária Municipal de Cultura. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências,

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1607
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de Seguro Garantia no valor de R$ 87.306,87 (oitenta e sete mil trezentos e seis reais e oitenta e sete centavos) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria Municipal de Cultura se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir–se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 180 (cento e oitenta) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1608
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar–se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com **o art. 465 do RGCAF**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, com prazo de execução a partir do dia **05 de Junho de 2024.**

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1609
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar–se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar–se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão–de–obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1610
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar–se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Coordenadoria de Infraestrutura e Logística da Secretaria Municipal de Cultura, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar–se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas,

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1611
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale–transporte e vale–alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1612
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX – observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores.

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1613
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Rio PREFEITURA | CULTURA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
São obrigações do CONTRATANTE:
I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.
O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela Secretaria Municipal de Cultura, na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO
Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1614
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO
É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria Municipal de Cultura poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

(a) **Advertência**;
(b) **Multa**;
(c) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos**;
(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não–aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1615
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Rio PREFEITURA | CULTURA

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar–se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1616
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover–se–ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1617
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput desta Cláusula é da competência da Coordenadoria de Infraestrutura e Logística da Secretaria Municipal de Cultura e a da alínea "d" é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE Senhor Marcelo Calero Faria Garcia por meio da qual celebrado o contrato ou a que vinculada a entidade contratante.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas no item 20.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis)** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do caput da Cláusula anterior;

b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis)** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea "e" do caput da Cláusula anterior;

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1618
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as **alíneas "a" e "b"** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea "c", deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

(a) a devolução da garantia;
(b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
(c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
(d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1619
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉGIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 10.13.392.0154.2236, Código de Despesa 339037, tendo sido empenhada a importância de R$ 2.497.946,32 (dois milhões quatrocentos e noventa e sete mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos), por meio da Nota de Empenho nº 2024NE000188, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1620
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Rio PREFEITURA | CULTURA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar–se–ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente as testemunhas, dispensáveis caso as assinaturas eletrônicas sejam certificadas por autoridade certificadora, devendo a última assinatura eletrônica ocorrer em até 30 (trinta) dias da primeira.

Rio de janeiro, na data da última assinatura eletrônica.

ANA PAULA TEIXEIRA PEREIRA
SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO

gov.br Documento assinado digitalmente
FELIPE DOS SANTOS RAMALHO
Data: 14/05/2024 11:41:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FELIPE DOS SANTOS RAMALHO
UNION CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.

LEONARDO TORRES MAGALHAES GILIO:14027269705
Assinado de forma digital por LEONARDO TORRES MAGALHAES GILIO:14027269705
Dados: 2024.05.14 16:57:39 -03'00'

TESTEMUNHA

gov.br Documento assinado digitalmente
MAYARA MESQUITA DA SILVA
Data: 14/05/2024 16:41:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TESTEMUNHA

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1621
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Rio PREFEITURA | CULTURA

ANEXO I - A

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

_____

ANA PAULA TEIXEIRA PEREIRA
SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO

gov.br Documento assinado digitalmente
FELIPE DOS SANTOS RAMALHO
Data: 14/05/2024 11:43:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

FELIPE DOS SANTOS RAMALHO
UNION CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.

.

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1622
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Rio PREFEITURA | CULTURA

ANEXO I - B

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo–se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

_____

ANA PAULA TEIXEIRA PEREIRA
SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO

gov.br Documento assinado digitalmente
FELIPE DOS SANTOS RAMALHO
Data: 14/05/2024 11:45:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

FELIPE DOS SANTOS RAMALHO
UNION CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA**.**

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1623
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Rio PREFEITURA | CULTURA

ANEXO I - C

AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019

(em papel timbrado da empresa)

UNION CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA., estabelecida na Avenida das Américas, nº 7936, Sala 710 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.793-081, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 39.876.720/0001-50, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **FELIPE DOS SANTOS RAMALHO**, portador da carteira de identidade nº 10.475.4949-4, inscrito no CPF sob o nº 038.074.927-04, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº 46.785/2019, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, representado pela Exma. Sra. **ANA PAULA TEIXEIRA PEREIRA**, consoante delegação do Decreto Rio nº 52074 de 28/02/2023, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 42.498.733/0001-48, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

gov.br Documento assinado digitalmente
FELIPE DOS SANTOS RAMALHO
Data: 14/05/2024 11:46:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

FELIPE DOS SANTOS RAMALHO
UNION CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.

SMCPRO202300388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:38:45.
Documento Nº: 2148513.47302209-1442 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302209-1442

SIGA

processo.rio
1624
Secretaria Municipal de Cultura / SMC

Prazo: 24 (vinte e quatro) meses
Valor Total: R$ 6.092.380,00 (seis milhões, noventa e dois mil, trezentos oitenta reais).
Fundamento: Artigo 1 Caput da Lei 10520 de 17/07/2002 e suas alterações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: 09/001.684/2022 e SMS-PRO-2024/03233
1º Termo Aditivo nº 01/2024 ao Contrato nº: 008/2023
Data da Assinatura: 17/04/2024
Partes: PCRJ/SMS/HMJ e a firma **MEDSITE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.**
Objeto: . Prorrogação do prazo contratual referente à aquisição de Brocas e Fresas, de forma parcelada, com comodato de Craniótomo drill e assistência técnica, para atender o serviço de neurocirurgia.
Prazo: 12 meses de 29/05/2024 a 28/05/2026
Valor Total: R$ 1.963.100,00 (Hum milhão e novecentos e sessenta e três mil e cem reais)
Programa de Trabalho: 18.67.10.302.0306.2009
Natureza de Despesa: 3.3.90.30
Empenho nº: 2024NE000162 no valor de R$ 578.023,87 (Quinhentos e setenta e oito mil e vinte e três reais e oitenta e sete centavos)
Fundamento: Art. 57, Inciso II da Lei nº 8666/93 e suas alterações, tendo em vista o decidido Processos nº 09/001.684/2022 e SMS-PRO-2024/03233

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo.rio: CVL-PRO-2023/01019
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº: 010048/2023
Data da Assinatura: 09/04/2024
Partes: MRJ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL e **a LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.**
Objeto: acréscimo do objeto contratual com respectivo acréscimo de seu valor, no percentual aproximado de 13% (treze por cento) do quantitativo, a contar da assinatura.
Valor total: R$ 689.229,75 (seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte nove reais e setenta e cinco centavos).
Programa de Trabalho: 11001.10.04.122.0389.2169
Natureza da Despesa: 339039.26.240
Nota de Empenho Nº: 2024NE000215 no valor de R$ 205.904,19 (duzentos e cinco mil, novecentos e quatro reais e dezenove centavos).
Fundamento: artigo 124, inciso I, alínea "b" da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E PARCERIAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo nº SME-PRO-2024/21270
1º TERMO ADITIVO Nº 37/2024 AO CONTRATO Nº 66/2022
Data da assinatura: 10/05/2024
Partes: PCRJ/SME e NETCENTER INFORMÁTICA LTDA
Objetos: Prorrogação do prazo contratual por mais 24 (vinte e quatro) meses; supressão de R$ 791.848,60 (setecentos e noventa e um mil e oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), correspondendo a aproximadamente 21,54% (vinte e um vírgula cinquenta e quatro por cento) do valor atualizado do contrato e desconto no valor unitário da licença, a saber R$ 342.748,80 (trezentos e quarenta e dois mil e setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).
Prazo: 11/05/2024 a 10/05/2026.
Valor total: R$ 2.540.466,80 (dois milhões e quinhentos e quarenta mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).
Programas de Trabalho: 10.12.361. 0622. 2941
Natureza da Despesa: 3.3.90.40
Notas de Empenho: 2024NE000530, no valor R$ 2.540.466,80
Fundamento: Art. 57, inciso II c/c Art. 65, inciso II, b da Lei nº 8666/1993 e suas alterações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO INSTRUTIVO Nº: SMC-PRO-2023/00388
INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº: 1104/2024
DATA DA ASSINATURA: 16/05/2024
PARTES: PCRJ/SMC e a UNION CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA
OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de conservação e limpeza dos equipamentos culturais administrados pela Secretaria Municipal de Cultura, com fornecimento de insumos e equipamentos
PRAZO: 12 (doze) meses
VALOR: R$ 4.365.343,71
NOTA DE EMPENHO: 2024NE000188
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET-RIO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO INSTRUTIVO - CET-PRO-2024/00549
CONTRATO nº 012/2024
DATA DA ASSINATURA: 17 de maio de 2024.
PARTES: CET-RIO e FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI ME.
OBJETO: Prestação de serviços de agência de viagem para a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET-Rio.
PRAZO: Até 12 (doze) meses
VALOR GLOBAL: R$ 48.000,00.
PROGRAMA DE TRABALHO: 10.26.122.0382.4162.
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.33
FUNDAMENTO: Artigo 29, Inciso II da Lei nº 13.303/2016 c/c Artigo 39, Inciso II do Decreto nº 44.698/2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo: 06/500.015/2024
Instrumento: Contrato nº 25/2024
Data da assinatura: 17/05/2024
Partes: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SMI e IRMÃOS HADDAD CONSTRUTORA LTDA, com a EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - RIO-URBE como INTERVENIENTE.
Objeto: OBRAS EMERGENCIAIS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS: ESCOLA MUNICIPAL ODILON DE ANDRADE, CRECHE MUNICIPAL SEMPRE VIDA DIQUE, ESCOLA MUNICIPAL ALBERT SABIN, ESCOLA MUNICIPAL OLÍMPIA DO COUTO, ESCOLA MUNICIPAL PAULA FONSECA, ESCOLA MUNICIPAL SILVIO ROMERO, CIEP ANTON MAKARENKO, CIEP ZUMBI DOS PALMARES, EDI PROFESSORA ROSANE VASCONCELOS E EDI PROFESSORA KRISTINA ROMOLO KIFFER.
Valor: R$ 3.912.500,00
Prazo: 90 dias
Programa de Trabalho: 10.15.365.0623.1330
Natureza da despesa: 4.4.90.51
Nota de Empenho: 2024NE000712, 2024NE000713, 2024NE000714, 2024NE000715, 2024NE000716, 2024NE000717, 2024NE000718, 2024NE000720, 2024NE000721 e 2024NE000737.
Valor Empenhado: R$ 3.912.500,00
Fundamento: Artigo 75 Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Posto de Abastecimento Amor da Leopoldina Ltda, CNPJ 09.632.231/0001-92, torna público que requereu à SMDEIS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, através do processo nº 14/201.755/08, a Licença Municipal de Instalação, para instalação do sistema GNV em Posto de Revenda e Abastecimento de Combustíveis Líquidos com Serviços de Troca de Óleo e Lavagem de Veículos, situado a Avenida Brasil, 11.847 - PENHA/RJ.

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A- RIOSAÚDE
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: RSU-PRO-2024/00953
Contrato nº 56/2024
Data da Assinatura: 20/05/2024
Partes: Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RioSaúde e **LASANT CONSTRUÇÕES LTDA**
Objeto: Prestação do serviço de melhorias estruturais das Unidades de Pronto Atendimento - UPAS COSTA BARROS, CIDADE DE DEUS, MADUREIRA, SENADOR CAMARÁ, MAGALHÃES BASTOS e VILA KENNEDY, bem como o CER BARRA DA TIJUCA.
Prazo: 21/05/2024 à 20/05/2025
Valor total: R$ 6.380.000,00 (seis milhões, trezentos e oitenta mil reais)
Programa de Trabalho: 20.10.302. 0306.4011
Natureza da Despesa: 339039
Nota de Empenho nº: 2024NE000745
Fundamento: Leis Federais n° 10.520/02 e nº 13.303/16, esta última regulamentada pelo Decreto Municipal n°. 44.698/18.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO-RIO-ÁGUAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo nº 06/600.172/2022
Instrumento: 5º Termo Aditivo nº 25/2022 ao Contrato nº 25/2022
Data da assinatura: 20/05/2024
Partes: RIO-ÁGUAS e SERPEN- SERVIÇOS E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA.
Objeto: modificação qualitativa sem acréscimo de valor e com readequação de cronograma.
Fundamento: artigo 65, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.666/1993; art. 482, incisos I e II, alínea "b" e parágrafo único do art. 480, ambos do RGCAF.

FUNDAÇÃO CIDADE DAS ARTES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo: ART-PRO-2022/00058
Onde se lê: "Prazo: 11/05/2023 até 10/05/2024"
Leia-se: "Prazo: 11/05/2024 até 10/05/2025"
"Republicado por incorreção no D.O. Rio de 21/05/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

Processo RIO nº: IPL-PRO-2024/00043
Contrato IplanRio n° 007/2024
Data da assinatura: 10/05/2024
Partes: Empresa Municipal de Informática S.A. - IPLANRIO e FNT TELECOMUNICAÇÕES E ACESSO A REDES DE INTERNET LTDA
Objeto: Prestação de serviços técnicos, por empresa especializada, de implantação de seguimento de fibra ótica, com dupla abordagem.
Vigência: 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data estabelecida no memorando de início.
Valor total: R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)
Programa de Trabalho: 10.04.122.0389.4169
Natureza da Despesa: 4.4.90.51
Nota de Empenho nº: 2024NE000150
Valor do Empenho: R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)
Fundamento: Art. 56, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da IplanRio

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº: º IPL-PRO-2021/00066
1º Termo Aditivo nº 006/2024 ao Contrato IplanRio n° **003/2022**
Data da assinatura: 08/05/2024
Partes: Empresa Municipal de Informática S.A. - IPLANRIO e SUDOESTE INFORMÁTICA E CONSULTORIA EIRELI
Objeto: Prorrogação do prazo contratual por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 27/05/2024 e reajuste contratual conforme índice IPCA-E e Cláusula 5ª do Contrato n.º 003/2022
Valor total: R$ 47.541,61 (quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e um centavos)
Programa de Trabalho: 10.04.126.0389.4769
Natureza da Despesa: 3.3.90.40
Nota de Empenho nº: 2024NE000170
Valor empenhado: R$ 14.130,42 (quatorze mil, cento e trinta reais e quarenta e dois centavos)
Fundamento: Art. 92, Inc. III e Art. 103, Inc II, c/c § 1º e §6º do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da IPLANRIO

SMCPRO20230388V04

Autenticado digitalmente por TATIANE PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA - 27/05/2024 às 10:41:45.
Documento Nº: 2148513.47302990-8439 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=2148513.47302990-8439

SIGA